

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012305-91.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Compra e Venda**
 Requerente: **Nova Hospitalar Comercio e Importação de Produtos Hospitalares Ltda - Me**
 Requerido: **Casa de Saúde e Maternidade São Carlos Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1012305-91.2016****VISTOS**

NOVA HOSPITALAR COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME ajuizou Ação **MONITÓRIA** em face de **CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE DE SÃO CARLOS**, todos devidamente qualificados.

A empresa requerente informa na sua exordial que é credora da requerida na importância de R\$ 19.620,85 com as devidas correções até a propositura desta demanda. Alega que mencionado débito adveio do fornecimento de produtos hospitalares e que a ré efetuou o pagamento mediante três cheques que acabaram devolvidos pelo sacado. Requereu a procedência da demanda atribuindo força executiva judicial aos cheques. A inicial veio instruída por documentos às fls. 16/21.

1012305-91.2016.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Embargos monitórios às fls. 29/41 alegando preliminarmente necessidade da concessão de justiça gratuita. No mérito aduziu que não teve culpa pela falta de compensação, pois a demora na apresentação coube à autora; a autora não juntou aos autos documentos que comprovem a mencionada venda. Alegou ainda incorreção da atualização dos valores apresentados pela autora e por fim apresentou sua atualização de valores.

Réplica às fls. 59/63.

As partes foram instadas a produção de provas á fls. 71. A requerida manifestou o interesse em prova oral às fls. 75/76 e 78 que restou indeferida conforme decisão de fls. 82.

A fls. 89 e ss a autora juntou aos autos as notas fiscais das vendas.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

O cheque prescrito, sem força executiva, é documento apto a embasar o pleito monitório.

Aqueles que instruem a vestibular (prescritos para a ação executiva) foram emitidos pela requerida e estão ordenados sob o aspecto formal.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A defesa trazida por ela não é suficiente para obstar a clara procedência do pleito. Como já mencionado no despacho de fls. 82, a requerida **não negou ter solicitado as mercadorias ou mesmo tê-las recebido**. Veio aos autos apenas sustentando que a autora não comprovou a entrega.

Todavia, a presente monitória cobra valores consubstanciados em **três cheques**.

Cheques representam confissão da dívida dos valores neles lançado como ordem de pagamento à Instituição Financeira.

Some-se que cheques são títulos **não causais**, para pagamento à vista.

Acerca da natureza não causal do cheque, leciona Fábio Ulhoa Coelho:

Quanto às hipóteses de emissão, os títulos de crédito ou são causais ou não-causais (também chamados de abstratos), segundo a lei circunscreva, ou não, as causas que autorizam a sua criação. Um título causal somente pode ser emitido se ocorrer o fato que a lei elegera como causa possível para sua emissão, ao passo que um título não-causal, ou abstrato, pode ser criado por qualquer causa, para representar obrigação de qualquer natureza no momento do saque. A duplicata mercantil, exemplo de título causal, somente pode ser criada para representar obrigação decorrente de compra e venda mercantil. Já o cheque e a nota promissória podem ser emitidos para representar obrigação das mais diversas naturezas. (Manual de direito comercial. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 219).

Nesse diapasão vêm decidindo nossos Tribunais:

(...) Sendo o cheque título cambiário não causal, autônomo e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

abstrato, o portador nada tem a provar acerca da sua origem, uma vez que, ocorrida a sua emissão, desvincula-se por completo do negócio jurídico subjacente (TJSC, Apelação Cível nº 2003.025240-1, Rel. Des. Ricardo Fontes, DJ de 28/04/2005).

Ainda que excepcionalmente possível a investigação da causa debendi, compete ao devedor o ônus de trazer aos autos prova capaz de desconstituir o título – (AGRAVO REGIMENTAL no REsp 1148413/PI, Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, Data do julgamento: 08/05/2012).

A seguir trecho da apelação nº 1009446-05.2016.8.26.0566, da relatoria do Des. Heraldo de Oliveira, TJSP:

É documento hábil a embasar a ação monitória, aquele que demonstre a existência provável de obrigação de dar dinheiro. No caso em tela, a ação monitória está centrada nos cheques postos em cobrança e a descrição e juntada de qualquer outro comprovante para esclarecer a origem dos títulos não se faz necessária.

Portanto, a origem do crédito é irrelevante, pois ainda nas hipóteses em que se tenham cheques prescritos para ação executiva tal modalidade de cártulas não perdem os atributos de títulos cambiariformes e, com isso, a abstração.

Regular direito materializado nas cártulas em questão e irrefragável, nesses termos, a possibilidade de a requerente buscar a satisfação do seu crédito por meio da presente ação. Por corolário, não se vislumbra qualquer hipótese que justifique reconhecer que a autora litiga de má-fé, sendo incabível a imputação de qualquer sanção nesse sentido.

Cabia ao requerido a comprovação da efetiva existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, a teor do disposto no artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil, ônus do qual não se desincumbiu.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

E também não pediu provas complementares para tanto.

Por fim, a autora exibiu nos autos as notas em que foram materializadas as vendas, indicando a efetiva saída das mercadorias, tendo a ré como destinatária. Some-se que as fls. 110/111 foram exibidos comprovantes de recebimento devidamente assinados.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos ao mandado, reconhecendo como títulos executivos os cheques constante de fls. 20, condenando a embargante **CASA DE SAÚDE E MATERNIDADE SÃO CARLOS LTDA**, a pagar à requerente, **NOVA HOSPITALAR COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME**, a importância de R\$ 19.620,85 (dezenove mil seiscentos e vinte reais e oitenta e cinco centavos), com correção monetária a partir do ajuizamento e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Transitada em julgado esta decisão, o vencedor deverá iniciar o cumprimento de sentença promovendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do NCPC.

Ante a sucumbência, condeno a embargante no pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 02 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**